



O ESPELHO DE LETÍCIA: ENTRE AS FILHAS IDEAIS E AS MENINAS REAIS EM UM CONTEXTO DE ADOÇÃO E ABRIGAMENTO NO BRASIL

Andréia Baia Prestes ¹

Durante dois semestres, entre 2008 e 2009, atuei como professora de reforço de inglês para os internos de um dos Abrigos nos quais realizei minha pesquisa de mestrado, referente às relações sociais estabelecidas em instituições de abrigo, e aos efeitos gerados em crianças e adolescentes em face da institucionalização prolongada.

As reflexões apresentadas neste texto resultam desta experiência de campo, e tem por objetivo pensar as relações interétnicas no ambiente desta instituição de abrigo, numa tentativa de vislumbrar como essa etnicidade é pensada pelos próprios atores em seu cotidiano, e assim ultrapassar a mera repetição de uma denúncia por demais evidente da existência de preferências dos candidatos a adoção, embora seja necessário recorrermos a este dado, para que então possamos adequadamente problematizar a questão.

Panorama geral e contexto das relações interétnicas no ambiente pesquisado.

Com capacidade para abrigar 50 crianças, este Abrigo se compõe de 05 casas-lar, três delas abrigando crianças com faixa etária entre 03 e 12 anos, e duas casas para os adolescentes, separados por gênero. Localizado em uma fazenda na Região Metropolitana de Curitiba, a instituição possui uma ampla área verde, quadra de esportes, um salão de festas, salas de aula, um pequeno armazém para o sustento das casas, e os escritórios da Administração, composta de um Diretor, uma gestora, duas assistentes sociais e uma psicóloga. Todos trabalham ali em horário integral e, não fosse essa presença administrativa permanente, talvez fosse possível ver ali apenas mais um condomínio rural. No entanto, a face da instituição está visível, na presença constante desse corpo administrativo, coordenando o cotidiano da comunidade, nas duas casas divididas por gênero, e no estabelecimento compulsório de relações, de certo modo arbitrárias, entre esse corpo de cuidadores temporários e os abrigados.

Quando se procura pensar os habitantes da instituição sobre a perspectiva da etnicidade, notam-se certas linhas divisórias que delimitam o pertencimento étnico de cada elemento desta comunidade: dentro do corpo administrativo, temos uma maioria de brancos, portadores de sobrenomes poloneses, alemães ou italianos, sendo que há apenas um casal de monitores (pais

¹ Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Contato: a.baiaprestes@hotmail.com.



sociais) negros. Quanto às crianças e adolescentes abrigados, o local é uma imagem especular das estatísticas: segundo dados apurados pelo IPEA em 2007, a maior parte dos abrigados é do sexo masculino (58,5%), tem idade variando entre 07 e 12 anos (60%), é classificada como negro ou ‘pardo’ (63%), e têm um ou mais irmãos, cuja separação não é recomendável.

No abrigo em que se deu a pesquisa que subsidia este texto, das cerca de quarenta crianças residentes na Instituição, pude auferir a existência de nove grupos de irmãos, sendo quatro deles formados por dois irmãos, enquanto os outros cinco são grupos considerados grandes e de adoção difícil ou pouco provável, compreendidos por três a sete indivíduos. Além destes grupos que viviam neste abrigo, verifiquei que outros cinco adolescentes que possuíam irmãos vivendo na Casa de Passagem do Município vizinho ao qual o Abrigo está localizado.

Observados sob o ponto de vista do pertencimento étnico, existe uma evidente superioridade no número de abrigados classificáveis como pardos e negros em relação aos brancos. Fazendo um levantamento de seus históricos, pude constatar que os indivíduos brancos que ali permanecem, sem ser encaminhados para a adoção, formam grupos de irmãos extensos, ou simplesmente não são destituídos, na expectativa de que retornem para suas famílias.

Por outro lado, existem vários abrigados que não possuem irmãos, estão destituídos há anos e, apesar disso, não foram adotados. Este fato chama-nos a atenção, pois parece destacar ser mais fácil a saída de um grupo de irmãos brancos do que uma criança negra. Vale citar, neste momento, uma interessante pesquisa (Almeida, 2003) realizada nas cidades de Bauru e Marília-SP, visando auferir as preferências dos candidatos a pais adotantes quanto ao gênero e etnicidade: no ano de 2001, dos 133 casais e famílias cadastrados como postulantes à adoção nas comarcas citadas, 118 deles colocaram como condição para a realização da adoção o fato da criança ser branca, ou seja, 82,72% do total; somente 09 casais e famílias, o que equivale a 6,72% do total, aceitaram adotar crianças pardas ou negras; 05 casais e famílias cadastradas manifestaram-se indiferentes em relação à cor e etnia das crianças (3,76% do total cadastrado); e apenas 1, entre os 133 cadastrados, manifestou explícito interesse em adotar uma criança negra, e, conforme destacou o pesquisador, este casal era negro.

Entender tais números não é uma tarefa simples. Segundo dados censitários, somando-se negros e ‘pardos’, o Brasil é a segunda maior população negra mundial, perdendo apenas para a Nigéria. Neste contexto, a existência de um grande número de crianças negras colocadas para a adoção é um dado possível de ser apreendido, mas o fato delas permanecerem no abrigo, sem ter acesso a famílias substitutas é que torna-se uma questão intrigante.



Uma perspectiva é apontada estaria nas trocas estabelecidas entre a faixa da população que ‘fornece’ as crianças para adoção, e as classes adotantes. Enquanto as crianças adotáveis são oriundas das classes pobres (Fonseca, 2006), onde se encontra a maior percentagem da população negra brasileira, os candidatos a pais adotantes pertencem em sua maioria às camadas médias e altas da sociedade. Estas camadas mais favorecidas, também no interesse de assegurar sua posição dominante, focariam a sua demanda de obter crianças que poderiam perfeitamente ‘passar por filhos biológicos’, daí a necessidade da realização de adoções em tenra idade, e da procura por crianças que tenham aparência física similar à dos pais. “No contexto da adoção, há certa tendência a considerar os componentes raciais não só como aspectos pertinentes à identidade de crianças disponíveis para serem adotadas, mas também como meio de selecioná-las. Nesse sentido, elas podem ser incluídas ou excluídas, abrindo um vasto campo para as ações discriminatórias.” (Silveira, 2005: p. 19)

Por outro lado, a argumentação de Ana Maria Silveira (2005), aponta para uma direção diferente: segundo a autora, é possível constatar que as crianças negras são preteridas mesmo por adotantes negros, que dariam preferência a criança a crianças de pele mais clara que a sua. A questão suscitada pela autora é bastante curiosa, pois, a partir dela, já não caberia o argumento de que na paternidade adotiva se buscaria a escolha de fenótipos aproximados ao dos pais, para assegurar a semelhança entre pais e filhos por adoção.

Estaríamos, na verdade, diante de uma situação que rememora o antigo costume do chamado ‘branqueamento da raça’ através da busca de parceiros mais claros, com o intuito de gerar descendentes com a cor da pele cada vez mais clara. Este processo que, conforme aponta Azevedo (1987), seria na verdade um produto criado pelo *medo* das elites brancas de perder seu poder de dominação para o elemento negro majoritário da sociedade teve seu lugar histórico e sua força no início do Século XX, mas o que nos parece notável é a sua permanência em nossa contemporaneidade, quando temos movimento negro atuante, e cada vez mais vozes se levantam para apregoar o orgulho do pertencimento à ‘raça’ negra.

Pensamos que seja possível, ou mesmo provável, afirmar que esta tendência seja justificada pela argumentação de que a observação do clareamento gradual dos descendentes seja uma medida de reação à dominação e ao preconceito sofrido, cuja forma de resposta se processariam em algumas esferas pela aceitação da inferioridade, e luta por uma ‘melhora’ com as armas que aparecem como possíveis, tais como o artifício do ‘branqueamento da raça’.



No entanto, o produto final destas escolhas é a permanência de um número maior de indivíduos pardos e negros dentro de instituições que deveriam abrigá-los apenas temporariamente. Nesse caso, tem-se que o *preconceito de marca* (Nogueira, 1998), baseado na aparência, o que leva as pessoas mais próximas da cor negra a terem mais chances de serem preteridas nos processos de escolha em que estejam disputando espaço com brancos, mesmo que, neste caso, o que esteja em jogo seja uma disputa pelo acesso a uma família, e ainda que a família pretendente possua negros entre seus membros.

Letícia e seu espelho – percepções de etnicidade no interior do Abrigo.

Tendo considerado os processos envolvendo o pertencimento étnico, restava mapear a forma como os abrigados se percebiam em relação à etnicidade. Esta questão, presente nos discursos dos dirigentes e das falas das próprias crianças e adolescentes, foi sendo percebida ao longo da pesquisa de campo, a qual, conforme já dito, foi realizada mais intensamente no papel de professora de reforço de inglês. Assim, aproveitei-me de uma discussão surgida no contexto de aula para apresentar a questão.

Em uma das aulas de inglês para a turma dos adolescentes, cujo conteúdo temático era ‘aparência física’, apresentei uma dinâmica, apresentando-lhes cinco fotos. A modelo Gisele Bündchen numa foto clássica, em que usa um vestido confeccionado com fotos dela mesma, presas por argolas; um casal de punks, um índio karajá, adornado com pintura corporal e plumárias; uma gueixa, e uma ‘mulher-girafa’ do grupo Paduang, da Tailândia. As fotos passaram de mão em mão, e eu perguntei aos alunos o que eles achavam das pessoas ali retratadas. A maioria achou Gisele Bündchen bonita, alguns acharam o índio ‘bonitinho’, mas estranho, outros disseram que era ‘esquisito’. As meninas disseram que a gueixa *parecia uma boneca*, e a maior parte achou que tanto o casal de punks quanto a mulher-girafa eram “*bizarros*”.

Perguntei, em seguida, se eles conseguiam ver alguma correlação entre as fotos. A maioria não estabeleceu nenhuma conexão, alguns disseram que ‘as pessoas não são iguais’, e apenas Diana, uma das mais velhas do grupo, respondeu que achava todos bonitos, ‘cada um na sua cultura’. Este era exatamente o gancho pensado como proposta de aula: as fotos mostravam indivíduos considerados bonitos, de acordo com os critérios de seus grupos de pertencimento.

“*Mas assim, ‘profe’, a Rihanna, você acha ela bonita, não acha?*” Rihanna é uma cantora pop norte-americana, e a pergunta partiu de Letícia Melo, de 13 anos, possuidora de traços físicos



bastante semelhantes aos da cantora: ambas são negras, e ambas bonitas. Minha aluna desejou que eu confirmasse a opinião dela, de que uma negra poderia ser também bonita.

Pensando a respeito da pergunta, e do material trabalhado, sou levada a refletir a respeito da minha escolha de Gisele Bündchen para retratar ‘minha sociedade’. É certo que esta brasileira, a qual se tornou a modelo mais bem paga do mundo, e é considerada também uma das mais belas mulheres da atualidade. Mas, de fato, convém questionar até que ponto seus traços nórdicos é representativa da mulher brasileira. Até que ponto uma mulher brasileira reconhece-se na imagem glamourizada da super *top model*? Estas perguntas me ocorreram a partir da inquietação de Letícia, a qual ressaltou uma noção que muitas vezes permeava os discursos acerca do que pode ou não ser bonito na opinião geral: bonito é igual a branco. O resto é feio. Esta visão foi ressaltada na mesma aula, a partir de outra frase de Letícia ao saber que sou descendente de negros: *Nossa, que sorte a sua de nascer assim bonita!*

É importante notar que esse conceito não é uma exclusividade do abrigo, mas a mera reprodução de um senso comum, alimentado pelo discurso midiático a respeito da aparência. Diuturnamente, informações e conceitos racistas são sutilmente veiculados pela mídia (Van Dijk, 2008), de sorte que os olhos passam a ser treinados a considerar também a beleza em conformidade com estes parâmetros. “O racismo não se reproduz na mídia através da afirmação aberta da inferioridade e da superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. (...) As dinâmicas de exclusão, invisibilidade e silenciamento são complexas, híbridas e sutis ainda que sejam decididamente racistas”. (Ramos, 2002: p. 8-9). O que parece ligar tanto a minha escolha, como a observação de Letícia é uma percepção distorcida do real, onde o branco é representativo da *correta* humanidade (Said, 1990), daquilo que é apreciável em suas características. Aquilo que não é branco, o negro, o índio, o Oriente, é o exótico, impróprio e indigno de ser apreciado. Neste contexto, ter cabelo liso, ‘traços de branca’ ou ser branca é um valor que confere certas vantagens (Cashmore, 2000) ao seu possuidor.

Antes mesmo de iniciar minha pesquisa no Abrigo, eu já ouvi falar de Letícia e de uma homônima, e já sob um distintivo ligado à etnicidade. A outra Letícia é a menina clichê: é loira e de olhos claros, o que, na classificação comum, é ser bonito. Numa conversa, a Gestora do Abrigo falava do desconforto causado quando havia visitas, e a menina chamava a atenção: “*Eu acho péssimo. As outras crianças ficam com raiva, porque só perguntam dela. E eu sempre tenho de explicar que ela não está para adoção e o porquê disso. E a menina pode ouvir, e magoar-se. Além do que, uma outra criança pode ouvir, e você sabe com são as crianças! Podem usar isso para*



machucá-la! Mas o que eu posso fazer? Escondê-la não dá! As pessoas tem uma coisa com loira, né? Parece que só isso que é bonito!”

A Letícia loira é inadotável: tem 13 anos, três irmãos, e o grupo não foi destituído. Aguardam na Fundação enquanto a mãe cumpre uma pena por tráfico de drogas. Possivelmente em função deste quadro, suas atitudes dentro da instituição fazem com que seja ‘menina-problema²’. Reclamava-se que ela caçava confusão, arrumava brigas, incentivava fugas e não respeitava a monitora (mãe-social) da sua casa.

De acordo com o projeto da Lei Nacional de Adoção, o tempo máximo para ter a situação dos abrigados definida deve ser de dois anos. Em sendo aprovada, casos como o deste grupo de irmãos se tornam ainda mais complexos. Há poucos candidatos dispostos a adotar grupos de irmãos e, mesmo que sejam separados, se trata de crianças velhas demais para um mercado cuja demanda principal é a de bebês com menos de dois anos.

Por outro lado, a Letícia morena, apesar de estar destituída há vários anos, também nunca foi adotada. Sua longa permanência na instituição está demarcada nas fotos do folder de apresentação do Abrigo, em que ela aparece aos 05 anos, lendo na biblioteca, brincando no jardim, tocando violino, etc. Assim como ela, identifico nas fotos vários outros adolescentes para os quais hoje dou aula, para os quais a família biológica não aconteceu.

Melhor dizendo, no caso de Letícia, a família que apareceu não foi a que ela esperava: aos 11 anos, ela foi enviada para a convivência com uma família de Santa Felicidade, composta do casal e dois filhos adolescentes. Lá ocorreu que, enquanto a garota adotiva tinha obrigação de cuidar de toda a casa, os filhos do casal não tinham nenhuma tarefa a desempenhar. A garota pediu para retornar ao abrigo, dizendo que não queria ser adotada para ser empregada de ninguém.

No artigo “O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça”, Rita Laura Segato (2007), trata de como as antigas amas de leite e amas secas negras foram substituídas pela figura da *criadinha* negra, a moça que vai “trabalhar em casa de família” e que, nem sempre recebe pagamento por seus serviços, de modo que se dá a permanência de um sistema iniciado ainda no período escravista, em que crianças brancas eram embaladas em colos negros. Talvez não sejam poucos os casos em que famílias adotantes exijam a execução de trabalhos domésticos como ‘paga’ pela oportunidade de viver em um lar adotivo.

² Em função da fuga ocorrida ainda no início do campo, não pude observar a garota o suficiente para chegar a uma conclusão sobre o quanto seu comportamento era ‘anormalmente revoltado’, ou uma resposta natural e condizente com a sua idade, levando-se em consideração sua complicada história de vida.



Entre ser uma ‘empregada-adotiva’ e permanecer no abrigo, Letícia escolheu a segunda opção. Hoje, com 13 anos, parece estar muito claro para a Direção, e mesmo para ela, que sua saída se dará apenas com a maioridade civil:

Quanto mais velhos eles são, mais difícil é para eles aceitarem, e serem aceitos. Mas, como são mais velhos, eles também têm mais noção, entendem melhor o que se passa, são mais difíceis de ser enganados. Ela [Letícia] não quis ficar mais, voltou e, enfim, agora está com 13 anos, e daí só sai mesmo com 18! Assim, a gente sabe que até uns 10, 11 anos, ainda dá para acontecer a adoção, mas depois disso é muito difícil de dar certo. Com a idade dela, não tem mais chance mesmo. (Fabiana, psicóloga do abrigo, em conversa em 11/02/2009)

Está claro que Letícia também entende que sua saída se dará apenas com a maioridade, e é dentro dessa perspectiva que a garota traça seus planos. Mas, algo que pude notar após a fuga da Letícia loira, foi que sua ausência foi recebida por um certo alívio pela Morena: Finalmente ela poderia avaliar-se sem ter por referência um espelho que lhe era dado pelo nome idêntico, pertencente a uma pessoa possuidora de padrão de beleza que não é o seu.

O espelho de Letícia se foi, mas não a sua insegurança a respeito de sua própria aparência, pois o que permanece não é a figura que a garota branca representa, mas o seu valor simbólico, que faz perceber aos demais abrigados que, embora partilhem da mesma sorte, há certas diferenças entre eles. No caso apresentado, a posição de destaque da garota loira gerava ciúme e incômodo nas demais crianças, especialmente naquelas que tinham a expectativa de vir a ser adotadas, e eram menos ‘visíveis’ que a menina loira inadotável.

Considerações Finais:

Pensar a institucionalização a partir da perspectiva da etnicidade é um dos caminhos possíveis para entender a gama de fatores complicadores que fazem com que crianças e adolescentes permaneçam abrigados até atingir a maioridade, sem ter acesso a uma família substituta. Abordando a ‘eticidade’, implica também abordar um fator complicador das dinâmicas de acesso à família substituta, onde também está visível uma marca de desigualdade.

Tal fato, que de forma tão rotineira ocorre em nossa sociedade ressalta a forma de construção do pensamento brasileiro, que tende a associar a beleza às características eurocêntricas. Nesse contexto, ‘beleza’ é o adjetivo simples pelo qual se classifica o branco. Não que o negro não possa ser bonito, mas, neste caso, trata-se de uma situação extraordinária, que requer um adjetivo composto: ‘beleza negra’, que reporta para um tipo ‘belo, em seu exotismo’. E é com esses conceitos que opera a percepção de etnicidade dos indivíduos pesquisados.



Bibliografia

- CASHOMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- FONSECA, Cláudia. *Da circulação de crianças à adoção internacional*. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.11-43.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo, Edusp, 1998.
- RAMOS, Sílvia (org). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SILVEIRA, Ana Maria da. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras Editora, 2005.
- SEGATO, Rita Laura. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. In *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares/organizadora Cristina Stevens*. – Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- VAN DIJK, Teun A.(org) *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008 /UNESCO.